

P. P. I.

PUBLICIDADE, PUBLICAÇÕES, INFORMAÇÃO, ETC.

GABINETE DE INFORMAÇÃO SISTEMÁTICA

Telefone 36 69 12



RECORTES CLASSIFICADOS

IMPRENSA DIÁRIA

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	19. JAN. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

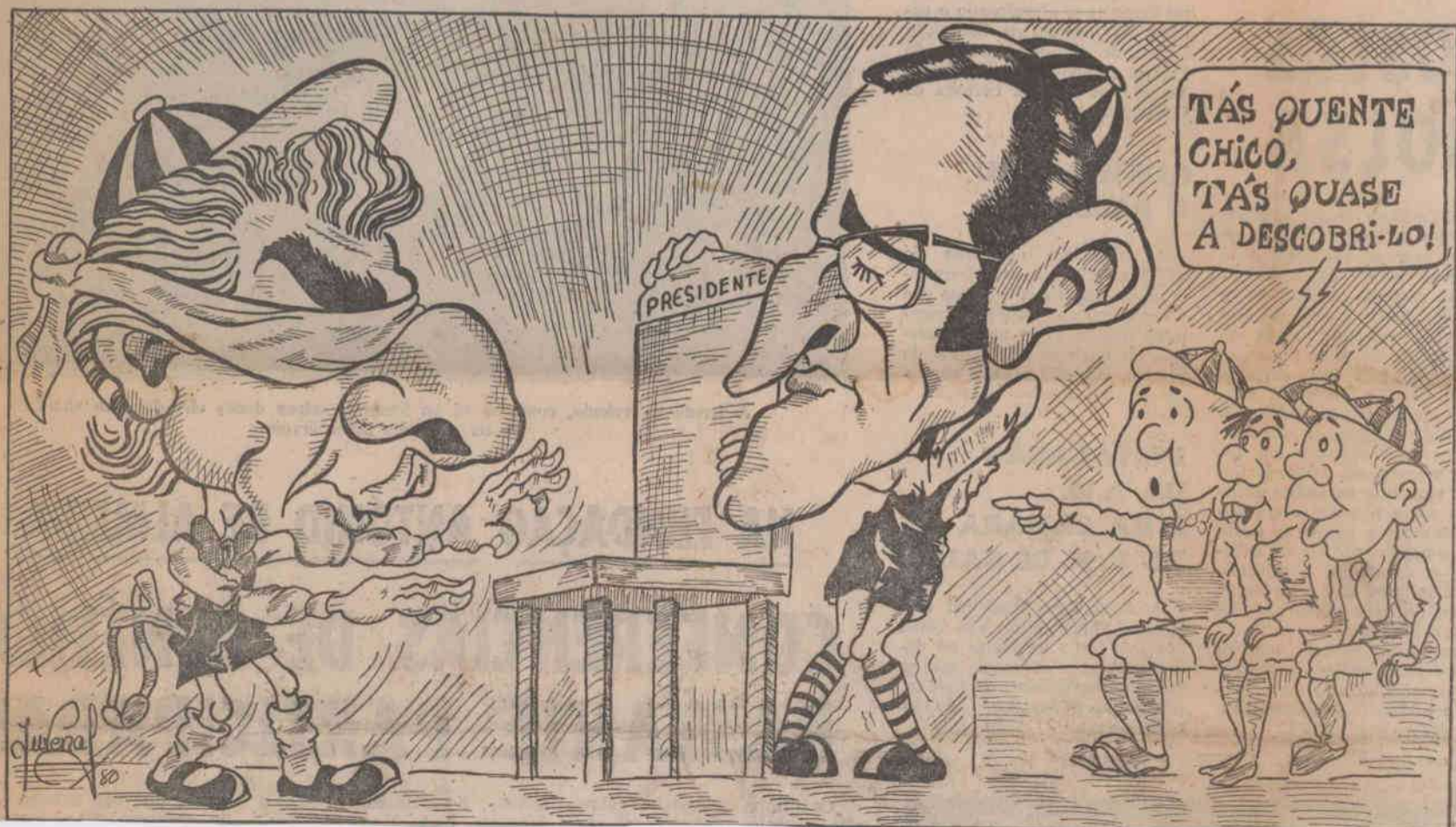
# «RESPOSTA» A BELÉM OBTEVE NO PARLAMENTO VOTO DE CONFIANÇA

O Primeiro-Ministro Sá Carneiro fez ontem no Parlamento uma duríssima crítica à «falta de coragem do PS». No discurso com que encerrou o debate da moção de confiança disse que «nada é mais tendencioso e falso que pretender, como fez a oposição, que o Governo deseje

o confronto com o Presidente da República». O que é censurável — acrescentou — é que os partidos da oposição se tenham perfilado atrás do Presidente da República para o jogar contra a maioria e o Governo. Criticou também aquilo que considerou de seguidismo do

PS em relação ao PCP. Sá Carneiro afirmou que «nem sequer em política externa o PS se dessolidariza totalmente do PCP». «Mesmo na invasão soviética do Afeganistão, o PS não se limitou a dizer sim, mas disse "sim, mas"», acrescentou.

● PÁGINA 13





DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	19 JAN 1980
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	CAPITAL	
DIÁRIO	TARDE	
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		

# MOÇÃO DE CONFIANÇA AO GOVERNO APROVADA PELO PARLAMENTO

A ausência de nove deputados no cospício, pertencentes ao PS, facilitou a aprovação da moção de confiança que o VI Governo Constitucional apresentou na Assembleia da República. A maioria parlamentar esteve totalmente presente com os seus 128 deputados, enquanto a oposição tinha apenas 113 parlamentares. Deste modo, por 128 votos contra 113 foi aprovada uma moção de confiança ao executivo de Sá Carneiro.

Na sua intervenção final e face às repetidas afirmações da oposição de que o Governo pretendia uma ruptura institucional, em especial com o Presidente da República, o primeiro-ministro salientou que talvez não agrade ao PR o que aqui se passou, quando o PS e o PCP se esconderam atrás do PR, pretendendo atirar-lo contra a maioria da Aliança Democrática.

Nesta sua intervenção, Sá Carneiro atacou as oposições, mostrando a coincidência de posições entre comunistas e socialistas. Frisou, também que o executivo assumia total e integralmente o seu programa, «mas não assume as deturpações que as oposições lhe fizeram».

## ISTO NÃO É UM GOVERNO É UM CONJUNTO DE SUCURSAIS

— afirma Vital Moreira

Um dos discursos mais polémicos da tarde de ontem, na AR, foi, sem dúvida o de Vital Moreira, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP. Antes, porém, Eurico Mendes, do PSD, havia salientado a forma activa como o actual executivo havia ajudado as regiões autónomas, aquando do terramoto no 1.º de Janeiro. A propósito da mudança, este deputado referiu: «Não eram as regiões autónomas que necessitavam de mudança. Com efeito, os seus governos têm sido e são estáveis no percorrer do caminho que os povos madeirense e açoriano escolheram. Ao contrário do que naquelas regiões autónomas se verifica, Portugal Continental é que urgentemente necessitava de mudar, sob pena de cada vez mais se arruinar politicamente e de se tornar, também cada vez mais, um País adiado».

Por sua vez, Vital Moreira começou por tentar justificar a dúvida sobre a apresentação da moção de confiança: «a que propósito este debate se o Governo tem um apoio maioritário e para que a apresentação desta moção de confiança?»

Acentuou, de seguida, que o executivo pretendia a confiança para executar todo o Programa e, portanto, pretendia comprometer o Parlamento no afrontamento político que iria fazer com outros órgãos de soberania. «Não há separação entre o Governo e a AR. Há, isso sim, separação entre o Governo e a oposição e os partidos do Governo e os partidos da oposição».

Referiu, depois, que a moção de confiança era um expediente artificial para o Governo tentar recuperar aquilo que jogou nas eleições e perdeu, ou seja, a maioria dos votos do povo português. «Nenhum voto de confiança pode pôr o Governo a coberto da Constituição — disse».

O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP falou, também, «do enfadamento do Governo a interesses de classe bem marcados»: «basta reparar na composição do Governo. A CAP está no MAP, a CIP na Economia e Indústria, a Ordem dos Médicos na Saúde. Não é um Governo, é um conjunto de sucursais. Tal como na política externa, não há na composição do Governo o mínimo vestígio de não-alinhamento. Está integral e completamente alinhado. E tal como na política externa deixamos de ser mais satélites para passarmos a ser mero reboque, também na sua composição, o Governo é um conjunto de reboques de interesses de classe. Este Governo não é um Governo. É um atrelado».

«E aquele deputado haveria de sublinhar: e se houvesse um Ministério do Cuito, teríamos o bispo do Funchal como ministro, acolitado por Suleyman Vally Mamedes».

## ESTE DELÍRIO COMUNISTA É UMA AUTO-CRÍTICA

— Diz Pedro Roseta

Esta intervenção de Vital Moreira suscitou um aceso protesto do líder parlamentar social-democrata. Pedro Roseta salientou que aquele parlamentar não necessitava de ser tão radical para se impor no interior do seu partido. Acentuou, ainda, que o mesmo se tinha arvorado em historiador esquecendo-se, porém, de 1975, ano do terror comunista.

Referiu, por outro lado, que o tom utilizado demonstrava que o PCP havia-se sentido ferido, frisando que os comunistas só tinham autoridade para falar dos 18 por cento do eleitorado, que representam...

Disse, ainda, que a intervenção não era mais que um discurso de raiva contra a soberania do povo e lamentou que não se tivesse respeitado as convicções religiosas do povo. «Est. delírio comunista é uma autocritica».

Também Castro Caldas do PSD Nuno Godinho de Matos, dos reformadores e Luís Coimbra, do PPM, protestaram contra aquela intervenção. Vital Moreira, por sua vez, contra-protestou.

## NAO EXISTE CRISE DE IDENTIDADE NACIONAL

— declara Salgado Zenha

Para Salgado Zenha, líder parlamentar do PS a moção de confiança pedida pelo Governo não tem fundamento constitucional e apenas pretende a exibição da maioria governamental.

Reafirmou que o executivo não merece a confiança do PS, porquanto é de direita. Contudo e porque dispõe de uma maioria parlamentar tem a obrigação de governar. «Que governa e tenha a coragem de governar» — afirmou.

Referiu, por outro lado, que esperava a autodemissão do executivo, face à proximidade do próximo acto legislativo e, tendo em conta que as promessas da AD não passaram de uma mera manobra demagógica para chegar ao poder.

Sobre a tomada de posição do executivo face à invasão do Afeganistão pela URSS, considerou a chamada do embaixador de Portugal em Moscovo como uma especulação para consumo interno. Acentuou, ainda, que o embaixador já se encontrava, na altura, na capital portuguesa.

Salientou, também, que Portugal não é, nem nunca seria um país comunista mas isso não justificava o anti-sovietismo e anti-comunismo, quer do Governo, quer da maioria que o apoia.

O líder parlamentar socialista, com os aplausos dos deputados do PS e os risos da AD, prestou homenagem a Maria de Lurdes Pintassilgo, «uma mulher sensível e amiga dos pobres», considerando a atitude do Governo sobre a sua ida para a UNESCO, «uma atitude mesquinha».

Afirmou, ainda, que ao contrário do que tem sido afirmado, não existe uma crise de identidade nacional. «Pelo contrário o 25 de Abril reafirmou-a e consolidou-a, como sempre acontece quando o povo avoca a si a orientação do seu próprio destino».

Existe sim, entre largos sectores da direita em não só, uma crise de identidade democrática. Para a direita portuguesa, sempre afagada por Salazar, viver em democracia é algo que se lhe afigura contra-natural. Daí que ele, que nunca soube o que é a democracia, procure desesperadamente um modelo que lhe permita um situacionismo de direita, com um fachada liberal».

Negou, por outro lado, qualquer crise no interior do PS.

## NAO A TRANSFORMAÇÃO DE PORTUGAL NUM ESTADO DE MAO ESTENDIDA

— SUSTENTA HELENA ROSETA

Para Helena Roseta, do PSD, a apresentação de uma moção de confiança por parte do Governo, é uma inovação importante, ou seja, o de esten-

gir o apoio expresso e activo da maioria. Trata-se de um funcionamento solidário entre o Governo e a Assembleia da República.

Considerando a actual fase como de início de uma era de cooperação entre forças democráticas, em que os interesses partidários são colocados abaixo dos interesses nacionais, Helena Roseta referiu que nos acordos interpartidários estabelecidos existe um projecto comum de revisão da Constituição e apontou, como necessário, para as próximas eleições presidenciais, a existência de um contrato político claro, tornado público antes das eleições, entre o futuro PR e a maioria que o eleger. Só assim, acentuou, se evitará o conflito, até aqui mais ou menos latente, entre os diversos órgãos de soberania.

Após criticar as críticas antagónicas dirigidas ao Governo pelos partidos da oposição, dirigindo-se mais propriamente à intervenção do secretário-geral do PCP, afirmou:

«Discursos como o do dr. Cunhal, ontem proferido aqui nesta AR, não se ouvem há 30 anos na Europa».

Respondendo a um «à-partes» de um deputado comunista, Helena Roseta frisou:

«Tenho 32 anos e parece-me estar a ouvir uma peça de arquivo».

Manifestando o seu total apoio ao Governo, aquela deputada social-democrata, ainda em resposta às críticas e acusações da oposição (reclamar): «os ingredientes políticos são o bom-senso e a má-fé. Queremos ficar com o bom-senso. A oposição que fique com a má-fé».

Referiu, por outro lado, que esta experiência de governo não deixará de se aproximar da existência nos Açores e Madeira, de natureza social-democrata, que teve o apoio do Conselho da Europa.

Helena Roseta, face à situação económica grave, referiu que, por exemplo com os prejuízos diários da imprensa estatizada, poder-se-ia construir duas casas por dia.

Por último, manifestou a sua certeza de uma maior participação dos emigrantes na vida nacional e não apenas o envio das suas remessas e a participação em festas promovidas por alguns conselheiros da Revolução. Curiosamente, assistia aos debates Vítor Alves.

Salientou, ainda, que não se iria assistir à transformação de Portugal num Estado de mão estendida. Bem ao contrário, Portugal manifestar-se-ia como um país e um povo com uma longa história.

## OUTRAS INTERVENÇÕES

Registaram-se, ainda, duas outras intervenções por parte de deputados do CDS e do MDP/CDE. Leal Loureiro, do CDS, referiu-se às divergências manifestadas durante o

debate nas bancadas do PS. «E até no monolítico PCP são detectáveis, por mais que as tentem esconder, manifestações de atitudes diferentes perante actuações pontuais, pelo menos nesta Assembleia. Foi, por exemplo, notório o mal-estar de alguns deputados comunistas (e com satisfação o aponto) aquando da intervenção desesperada do recalcado e quase patológico deputado Aboim Inglês».

Por sua vez, Luís Catarino, do MDP/CDE, numa curta intervenção, para além de manifestar a sua surpresa pela apresentação da moção de confiança, que não se justificava, apresentou as posições do seu partido, nas quais se encontravam as razões da rejeição daquele voto.

## OS PROBLEMAS REAIS FORAM ESCAMOTEADOS PELA OPOSIÇÃO

— salientou Sá Carneiro

Na sua intervenção final, Sá Carneiro principiou por declarar que a apresentação da moção de confiança incomodou e provocou a reacção da oposição, frisando a existência, ao longo do debate, de aspectos de inegável humor. Referiu, a propósito, a dialéctica interna do PCP expressa na intervenção de Vital Moreira, que apesar de tudo, não conseguiu fazer uma síntese das posições manifestadas anteriormente por este partido.

«Por isso, ainda, que, na sua intervenção, Vital Moreira se utilizou do livro de Jean François Revel, «A Tentação Totalitária».

Depois de reafirmar que a mediação do Governo com os eleitores é feita através do Parlamento, Sá Carneiro salientou que a intervenção de Vital Moreira dirigiu-se, essencialmente, à banca do PS, onde provocou algumas divergências. Acusou o PS de se reunir à volta do PCP.

Por outro lado, o Primeiro-Ministro, a propósito do controlo pelo Estado das indústrias de base, acentuou que o principal «não é o Estado ser seu proprietário, mas sim garantir o direito à liberdade, em especial de expressão e do direito à greve. «São estas as realidades em que o PS não parece dissociar-se do PCP». Nem em política internacional isso acontece, como é o caso da invasão do Afeganistão pela União Soviética. O PS diz «sim, mas» à posição assumida pelo executivo.

Lamentou, ainda, que a oposição tivesse escamoteado os problemas reais dos portugueses, preocupando-se, por exemplo, com o caso de Maria de Lurdes Pintassilgo. Não é esta questão que nos preocupa — disse.

A propósito da crise do petróleo, declarou que em 1976, o preço do barril era de 11,5 dólares e gastou-se com a sua aquisição 20,5 milhões de con-

tos; em 1977, o preço por barril era de 12,5 dólares e o país gastou 28 milhões de contos. Em 1980, o país gastará entre 120 e 140 milhões de contos. Deste modo, Sá Carneiro respondeu às afirmações do PS de que a crise petrolífera já existia quando era Governo.

Ainda sobre a situação na zona de intervenção da Reforma Agrária, o Primeiro-Ministro revelou que aquela representa apenas 15 por cento do produto agrícola nacional e 12 por cento do emprego na agricultura.

Sobre a minoria de votos conseguida pela AD, nas últimas eleições, o chefe do Governo considerou a maioria parlamentar como maioria nacional e frisou que o PS e o PCP ainda não se haviam unido. Mostrou a sua surpresa pelo facto do PS não ter manifestado oposição a tal afirmação.

A terminar a sua intervenção, depois de salientar que a aprovação do voto de confiança permite deixar bem clara a solidariedade entre a maioria governamental e as maiorias sociais-democratas dos Açores e Madeira.

«A esta casa compete fiscalizar o Governo. E a AD não deixará de estimular e de ser exigente com a acção do Governo. O Governo honra-se com este voto de confiança».

Após a aprovação da moção de confiança, os vários partidos, em declarações de voto, manifestaram as posições assumidas na votação.